



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ACADÊMICA: SANDRA SILVEIRA CARDOSO

DESVELANDO A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS IDOSOS,
SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL

FLORIANÓPOLIS, ABRIL DE 2006.

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 11.104.06

Sandra Silveira Cardoso

**DESVELANDO A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS IDOSOS,
SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Professora Rita de Cássia Gonçalves

Florianópolis, 2006.

SANDRA SILVEIRA CARDOSO

**DESVELANDO A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS IDOSOS,
SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso julgado e aprovado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pela Comissão Examinadora integrada pelos membros:



Profª Rita de Cássia Gonçalves - Orientadora



Profª Josiane Bortoluzzi – 1º Examinador



Profª Maria da Graça Dias – 2º Examinador

Florianópolis, Abril de 2006.

Dedico este trabalho ao meu querido **esposo e filhos**, aos meus **pais e irmãos**, pela compreensão, amor e carinho, os quais foram fundamentais no alcance de meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão especial e significativo em minha vida, não poderia deixar de expressar meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, em especial:

Agradeço a **Deus** e a **Mãe Aparecida** por iluminar-me nesta trajetória, dando-me força, luz e perseverância para superar os obstáculos encontrados pelo caminho.

Ao meu querido **esposo Senen**, pelo amor, companheirismo, apoio e valiosas contribuições, fundamentais para a concretização deste trabalho.

Aos meus amados **pais**, pela vida e preciosos ensinamentos, os quais sempre me ensinaram, orientaram e fortaleceram nesta trajetória de vida. Obrigada por existirem e serem esses pais tão especiais e maravilhosos que tanto amo.

Aos meus queridos filhos **Djônatan e Amanda**, pelo apoio, carinho e afeto sincero.

Aos meus amados e preciosos **avós: Onésia** e aos que já partiram: **Benta, Sabino e Altino**.

Aos meus **familiares** que sempre torceram por mim, pelo carinho e amizade sincera.

Em especial aos meus queridos irmãos que já partiram: **Lisane, Agnaldo e Maristela**.

As minhas irmãs **Jaqueline, Sônia e Izabel**, pela amizade sincera, carinho e dedicação demonstrados durante cada dia de nossas vidas.

A professora **Rita de Cássia**, pela dedicação, compreensão e paciência demonstrados durante a construção deste trabalho.

A minha co-orientadora **M^a Izabel**, pelo apoio, carinho, orientação e preciosas sugestões, fundamentais para a construção e êxito deste projeto.

Aos **ilustres profissionais** que compõem esta banca, pelas preciosas contribuições para o enriquecimento deste trabalho.

A **Prefeitura Municipal de Florianópolis**, pela oportunidade de realização deste estágio curricular e extra-curricular.

A **Gerência de Assistência Social**, Sr. Humberto Floriano Peixoto, pela oportunidade de realização do estágio extra-curricular.

A **Gerência de Atenção ao Idoso**, pela oportunidade de realização do estágio curricular obrigatório, em especial a equipe de profissionais: Dalva (gerente), Albertina, Rita, Izabel, Yda, Isabel Cristina, Miriam, Simone, Ana Paula e Ana Cristina, entre outros.

A minha orientadora de estágio obrigatório **Rita de Cássia Nunes**, pela dedicação e compreensão demonstrada.

Aos **professores do curso**, pelos ensinamentos e conhecimentos transmitidos, fundamentais a minha formação acadêmica.

As **colegas de turma**, em especial a Luciane, Salete, Sônia, Isoldi, Fabrícia e Jane, pelo companheirismo nesta trajetória.

A todos meus amigos, em especial ao **Aldo** e a **Neusa**, pela amizade e contribuição direta ou indiretamente, fundamental a realização deste.

Aos **idosos** integrantes dos grupos de convivência vinculados a Prefeitura Municipal de Florianópolis, pela experiência única, enriquecedora e inesquecível

A todos **vocês** meus sinceros agradecimentos e o meu abraço fraterno e carinhoso.

SER IDOSO E SER VELHO

O idoso se renova a cada dia que começa,
o velho se acaba a cada noite que termina,
pois enquanto o idoso tem seus olhos postos no horizonte
de onde o sol desponta e a esperança se ilumina,
o velho tem sua miopia voltada para os tempos que passaram.

O idoso tem planos,
o velho tem saudades.

O idoso curte o que lhe resta de vida,
O velho sofre o que o aproxima da morte.
O idoso se moderniza, dialoga com a juventude,
procura compreender os novos tempos;

O velho se empenha no seu tempo,
se fecha em sua ostra e recusa a modernidade.

O idoso leva uma vida ativa,
plena de projetos e prenhe de esperanças.
Para ele, o tempo passa rápido, mas a velhice nunca chega.

O velho cochila no vazio de sua vidinha
e suas horas se arrastam destituídas de sentido.

As rugas do idoso são bonitas,
porque foram marcadas pelo sorriso;

As rugas do velho são feias,
porque foram vincadas pela amargura.

Em suma, idoso e velho,
duas pessoas que até podem ter a mesma idade no cartório,
mas tem idades bem diferentes no coração.

Sou idoso (tenho quase 70 anos),
mas espero que nunca fique velho.

Jorge José de Jesus Ricardo (Jocardo)

Balneário Camboriú-SC

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo apresentar e desvelar, sob a ótica do Serviço Social, as ocorrências de violências praticadas contra os idosos, no Município de Florianópolis, relatados junto ao Projeto Disque Idoso, desenvolvido pela Prefeitura Municipal do referido município. Inicialmente, faz-se a introdução da temática relativa ao Idoso, cujo foco central é o desvelamento da questão da violência familiar, envolvendo principalmente o idoso, conforme constatado durante a construção deste trabalho. Ao final deste, evidenciou-se a relevância deste projeto, face a emergência da referida problemática, exigindo, portanto, ações concretas por parte das autoridades competentes e, principalmente, dos profissionais que atuam na área, em especial os assistentes sociais.

Palavras-chave: Desvelamento da violência familiar, ocorrências de violência contra idosos.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Projeção da ONU sobre o número de idosos para 2025, para os países com a população superior a 100 milhões de habitantes	17
Tabela 2 – Distribuição da população idosa por Estados	20
Tabela 3 – Expectativa de vida, por Estado	21
Tabela 4 – Proporção de idosos segundo regiões e Santa Catarina, em 1997	22
Tabela 5 – Índice de envelhecimento na cidade de Florianópolis	23
Tabela 6 – Características sócio-demográficos dos Idosos segundo o sexo.....	24
Tabela 7 – Demonstrativo das denúncias por região	41
Tabela 8 – Demonstrativo dos crimes e contravenções contra idosos	42
Tabela 9 – Demonstrativo dos autores das denúncias de violência contra idosos	43
Tabela 10 – Principais agentes de crimes e contravenções praticados contra idosos ...	44
Tabela 11 – Incidência de violência contra idosos (variável sexo)	46
Tabela 12 – Providências e encaminhamentos das denúncias recebidas	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Demonstrativo das denúncias, por região	41
Gráfico 2 – Demonstrativo dos crimes e contravenções contra idosos	43
Gráfico 3 – Demonstrativo dos autores das denúncias de violência contra idosos.....	44
Gráfico 4 – Principais agentes de crimes e contravenções praticados contra idosos	46
Gráfico 5 – Incidência de violência contra idosos, variável sexo.....	47
Gráfico 6 – Providências e encaminhamentos das denúncias recebidas	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COEP – Comitê de Entidades no Combate a Fome e pela Vida

CMI – Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

ODM – Objetivos do Milênio

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PNI – Política Nacional do Idoso

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SUMÁRIO

RESUMO	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	13
1. O ENVELHECIMENTO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL	15
1.1 O Processo do envelhecimento	15
1.2 O Processo de Envelhecimento no Brasil	19
1.3 Perfil do Envelhecimento no Estado de Santa Catarina	21
1.4 Perfil do Envelhecimento no Município de Florianópolis	23
2. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PROMOÇÃO SOCIAL DO IDOSO	27
2.1 A Constituição Federal de 1988	27
2.2 Política Nacional do Idoso	28
2.3 Estatuto do Idoso	29
2.4 Política Estadual do Idoso de Santa Catarina	30
2.5 Política Municipal do Idoso de Florianópolis	30
2.6 Prefeitura Municipal de Florianópolis	31
3. O SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS QUESTÕES RELATIVAS À VIOLÊNCIA	34
3.1 A violência contra o idoso	34
3.2 A atuação do Serviço Social e o Projeto Disque Idoso:	39
3.3 Focalizando a violência contra o Idoso e a posição do Serviço Social	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
ANEXO	59

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, intitulado “*Desvelando a questão da violência contra os idosos, sob a ótica do Serviço Social*”, é uma exigência de conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Trata-se de um trabalho de cunho acadêmico, de caráter teórico-empírico, utilizando-se a técnica de análise de dados quantitativa para desvelar a relevância do Projeto Disque Idoso para as vítimas de violência, no Município de Florianópolis, Santa Catarina. Vale salientar que, estes dados foram coletados durante a realização do estágio curricular e extracurricular, no período de novembro/2004 a maio/2005, junto ao referido projeto municipal.

Percebe-se que nas últimas décadas, houve um aumento significativo da população idosa mundial, em especial nos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, exigindo, portanto, ações de uma política global.

Vale ressaltar que, no Brasil, a preocupação com o envelhecimento populacional ocorreu na década de 1970, em especial com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde o Estado reconheceu o idoso¹ como cidadão, sujeito de direitos, tornando-se, portanto, um desafio para toda a sociedade brasileira.

No município de Florianópolis, o atendimento à população idosa é realizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, com operacionalização da Gerência de Atenção ao Idoso, por meio de alguns projetos que englobam ações sócio-emergenciais, de lazer, de atendimento psicossocial e de ações sócio-educativas, entre as quais encontra-se o projeto Disque Idoso, foco principal do presente trabalho. O referido projeto tem como objetivo “possibilitar a população idosa e ao munícipe em geral acesso a orientações, encaminhamentos e serviços de proteção de seus direitos” (Projeto Disque Idoso, 2004).

Durante a realização do referido estágio, entre os casos denunciados através do Disque Idoso, constatou-se números expressivos e crescentes de situações de abandono,

¹ Indivíduo com 60 ou mais anos de idade.

violência doméstica e negligência familiar e institucional praticados contra idosos no município de Florianópolis.

Tendo em vista o significativo índice de violência evidenciado, o presente trabalho tem, portanto, como objetivo, apresentar e desvelar as ocorrências de violências praticadas contra os idosos, sob a ótica do Serviço Social, verificados no atendimento do projeto Disque Idoso, durante o referido período (novembro/2004 a maio/2005).

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda o envelhecimento como uma das expressões da questão social, enfocando o processo de envelhecimento no Brasil, a velhice como um ciclo natural da vida, o perfil do envelhecimento no Estado de Santa Catarina, e no Município de Florianópolis.

O segundo trata das Políticas Públicas voltadas à promoção social do idoso, englobando a Constituição Federal de 1988 e os avanços das políticas sociais ao idoso, a Política Nacional do Idoso, a Lei Federal nº 10.741, de 2003 – O Estatuto do Idoso, a Política Estadual do Idoso de Santa Catarina, a Política Municipal do Idoso de Florianópolis, a Prefeitura Municipal de Florianópolis: caracterização, histórico, estrutura e programas de ação, e o projeto Disque Idoso.

No terceiro capítulo, a apresentação e o desvelamento das ocorrências de violências praticadas contra os idosos, sob a ótica do Serviço Social, verificados no atendimento do projeto Disque Idoso.

Em seguida, as considerações finais, obtidas a partir da construção do presente trabalho, pautadas na referida experiência prática de estágio curricular e extracurricular.

Por fim, as referências bibliográficas utilizadas e, em seqüência, os anexos.

1. O ENVELHECIMENTO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

1.1 O Processo do envelhecimento

Muitas são as dimensões que podem ser abordadas para se focar o processo de envelhecimento; existe um conjunto de variáveis que podem ser tratadas, tais como: demográfica, política, social, econômica, biológica, antropológica, cultural, etc.

Reportando-se a Azevedo (1998), o qual refere-se aos diversos enfoques pelos quais se pode estudar e analisar o processo de envelhecimento, destacando-se: do ponto de vista histórico, sociológico, cultural, psicológico, religioso, biológico, demográfico, nutricional, habitacional, legal, dentre outros.

Nas sociedades primitivas o mais velho, o idoso, era o símbolo da sabedoria, da experiência e da proximidade com entidades superiores.

Antes, porém, do dilúvio do ser humano, possuía uma vida mais curta, em razão das dificuldades da vida cotidiana, as doenças, os animais predadores e a deficiência tecnológica, segundo Duarte (2005).

Com o advento das novas tecnologias, dos novos instrumentos de controle da natalidade e da nova economia, aconteceu um rebaixamento da pirâmide social, envelhecendo as populações de grande parte do planeta, ou seja, aconteceu um aumento expressivo da população mundial, segundo Fernandes, (2000) *apud* GIACOMIN (2005).

Assim sendo, segundo Wong & Moreira (2000), quanto a sua idade, uma pessoa constitui o tempo passado desde a data do nascimento e a data vivida, motivo pelo qual, quando se comparam duas pessoas, a mais idosa é aquela que possui maior tempo de vida. Existem outros fatores de diferenciação social, como por exemplo: o sexo, cor e classe social, porém, a idade é um dos mais importantes fatores de diferenciação social, constituindo um atributo da vida sociocultural.

A afirmação acima se refere ao contexto cronológico da velhice, o autor também delinea algumas variáveis que podem diferenciar o conceito de velhice de um ser humano para outro.

Vale salientar, também, o envelhecimento demográfico, isto é, o processo de crescimento da população considerada idosa numa dimensão sustentada, ampliando sua participação relativa no total da população, a qual segundo Berzins (2003, p. 22) “um dos indicadores que melhor avaliam o envelhecimento demográfico é a razão entre a população idosa e a população jovem (até 15 anos)”. Alguns estudiosos consideram como população envelhecida, quando a proporção de idosos (acima 65 anos) oscila entre 8 e 10% da população total, todavia outros admitem como acima de 30% uma população idosa.

Entretanto, segundo Goldman (2005), o curso do envelhecimento não se esgota nos aspectos demográficos, sua complexidade requer que seja estudado por intermédio de uma concepção multidisciplinar e por diversas óticas. Ele é um evento que subsiste em toda a história do ser humano no planeta terra, não obstante apresenta peculiaridades distintas de acordo com os padrões culturais locais.

Convém ressaltar que, a partir do século XIX, o estudo do processo de envelhecimento teve um marco inicial, em termos de um estudo científico, conforme Duarte (2005), o trabalho pioneiro de cunho científico acerca da velhice, foi desenvolvido por um médico francês no século XIX (Jean-Martin Charcot, em 1867), denominado *Estudo clínico sobre a Senilidade e Doenças crônicas*, o autor não se preocupava em estudar a imortalidade, mas o curso de envelhecimento, suas causas e conseqüências sobre o organismo.

Geralmente, o envelhecer individual está impregnado da idéia do processo biológico como próprio dos indivíduos que sobreviveram até o estágio final do ciclo vital. Para tal, a idade define-se como limitativo ao bem estar biológico (fragilidade e/ou invalidez), psicológico (diminuição da velocidade dos processos mentais) e comportamental (isolamento), segundo Moreira (1998) *apud* WONG & MOREIRA, (2000).

Salientando, que somente nas últimas décadas do século XX é que, a velhice passou a representar uma preocupação nova como categoria social, sendo um tema privilegiado e inserido nos campos de discussão das ciências sociais e humanas, segundo Silva (2004).

Nesse sentido, Bosi *apud* ALMEIDA (2003, p. 42) afirma que: “...a velhice é, ao mesmo tempo um destino biológico do indivíduo e uma categoria social...”. Segundo a autora “a sociedade industrial é maléfica para a velhice [...] a sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra” (*ibid*, p.42).

Assim, reportando-se a Almeida (2003, p. 45), a velhice vista como categoria social:

destina-se um tempo e um espaço próprios: seu tempo é o passado [...], seu lugar, os espaços da intimidade e privacidade, refúgio dos aposentados. Há, na modernidade, uma incompatibilidade entre velhice, presente e futuro, entre velhice e espaço público, exceto quando esse último for a praça ou o jardim, sinônimos de ociosidade e de “ver” o tempo passar.

Ao longo do tempo, alguns termos são utilizados para designar a pessoa mais velha, tais como: “velho”, “idoso”, “terceira idade” e “melhor idade”, os quais possuem significados distintos na gerontologia social.

Cabe ressaltar, entretanto, que essas terminologias muitas vezes são utilizadas visando atrair os idosos ao mercado de consumo e às promoções pessoais, com interesses econômicos, políticos e sociais.

No que tange ao período cronológico da velhice, percebe-se que desde os filósofos antigos se questiona quando e como se inicia a velhice. De fato, o ser humano em sua complexidade, também deve variar de pessoa para pessoa, o momento que entra nesta dimensão, uma vez que, o comportamento humano é resultante de um caleidoscópio de variáveis que ditam o devir humano.

Nesse sentido, segundo Wagner (1989) *apud* SILVA (2004), existem várias “idades” para a velhice: cronológica, biológica, social e psicológica, sendo que, cada uma dessas etapas apresenta diferentes características, que são imprescindíveis para o entendimento do todo.

Assim, a velhice é parte integrante do ciclo natural da vida, manifestando-se através das transformações que a caracterizam (tese, antítese e síntese), constituindo-se uma experiência individualizada, particular, única e histórica.

Entretanto, percebe-se que o envelhecimento consiste num processo de perdas biológicas e sociais, trazendo vulnerabilidades, as quais são diferenciadas por gênero, idade, grupo social, raças e regiões geográficas, entre outras. Tais vulnerabilidades são afetadas pelas capacidades básicas do indivíduo (nascimento), por outras adquiridas ao longo da vida e pelo contexto social no qual está inserido o idoso, durante esta fase específica da sua vida, segundo Silva (2004).

Desta forma, em Viena no ano de 1982, foi realizada a Assembléia Mundial sobre o envelhecimento patrocinado pela Organização das Nações Unidas (ONU), para traçar um plano de ação mundial com vistas ao grupo que vinha crescendo de forma rápida – o das pessoas com mais de 60 anos de idade.

Nesse prisma, segundo IBGE (2000)², em maio de 2002, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos, considerando como público-alvo todos aqueles grupos populacionais específicos passíveis de discriminação, entre os quais, o grupo de pessoas idosas.

A Organização Mundial da Saúde passou a considerar como velho, o indivíduo com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos nos países desenvolvidos, enquanto que nos países em desenvolvimento (como o Brasil), considera a idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, onde se presume que a expectativa de vida seja menor.

De acordo com Almeida (2005), hoje, a expectativa média de vida dos seres humanos varia entre 75 e 78 anos, e que daqui a duas décadas, deve aumentar para o patamar de 85 anos, mas a dúvida paira se esses ganhos modestos compensarão em relação ao gozo de um padrão saudável de vida.

O envelhecimento mundial ocorre num ritmo bastante acentuado e sem precedentes na história da humanidade. Segundo Berzins (2003), a ONU alerta que, cerca de 360 milhões da população idosa mundial (total de 629 milhões ao crescimento anual de 2%) reside nos países em desenvolvimento, em especial no continente asiático. Conforme previsão da ONU, por volta do ano 2050, pela primeira vez na história, o número de idosos será maior que o de crianças abaixo de 14 anos, isto é, a população mundial deve saltar de 6 bilhões para 10 bilhões, sendo que o número de pessoas idosas deve triplicar para 2 bilhões, ou seja, quase 25% da população do planeta. Segundo a ONU, no Brasil, a população idosa em 20 anos (1996 a 2016), passará de 7% para 14% da população total do país.

Diante da previsão feita pela ONU para o Brasil, evidencia-se a relevância das políticas públicas, quanto à redução do impacto das vulnerabilidades sobre a vida dos idosos, suas famílias e, conseqüentemente, da sociedade em geral.

² Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/perfilidoso/perfidosos2000.pdf> Acesso em: 07/outubro/2005.

1.2 O Processo de Envelhecimento no Brasil

Envelhecer é aumentar o número de anos vividos. Juntamente com a evolução temporal, coexistem eventos de natureza biológica, psicológica e social, relevantes para a percepção da idade e do envelhecimento, segundo Carvalho & Andrade (2000).

Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, a projeção do número de idosos para 2025, para os países com a população superior a 100 milhões será a seguinte:

2002		2025	
China	134,2	China	287,5
Índia	81,0	Índia	168,5
Estados Unidos da América	46,9	Estados Unidos da América	86,1
Japão	31,0	Japão	43,5
Rússia	26,2	Indonésia	35,0
Indonésia	17,1	Brasil	33,4
Brasil	14,5	Rússia	32,7
Paquistão	8,6	Paquistão	18,3
México	7,3	Blangladesh	17,7
Blangladesh	7,2	México	17,6
Nigéria	5,7	Nigéria	11,4

Fonte: Nações Unidas, 2002 *apud* Serviço Social & Sociedade (2003,p. 23)

Evidencia-se, portanto, uma situação bastante preocupante para o Brasil, o qual num período de 23 anos (2002 – 2025), ocupará o 6º lugar no ranking mundial em número absoluto de idosos.

Segundo o Censo 2000, o Brasil conta com 14.536.029 (quatorze milhões, quinhentos e trinta e seis mil e vinte e nove) idosos, representando 8,6% do total da população brasileira. Em 1940, eles eram 4,0% do total da população, em 1980 subiu para 6,06% e em 1990 passou para 7,07% de idosos no Brasil.

Conforme o Correio Brasiliense (02/12/2004):

[...] o Brasil está na 86ª posição atrás de países desenvolvidos como França, Austrália e Nova Zelândia. O ranking mostra que até mesmo em relação a países pobres como a Bósnia e o Kuwait a expectativa de vida supera a registrada no Brasil. Na Jamaica, por exemplo, a expectativa de vida é de quase 76 anos.

Todavia, uma questão merece ser formulada, será que esses indicadores oferecidos por essas agências nacionais e internacionais são formulados, também, nas comunidades menos aquinhoadas?

Nesse sentido afirma, Siqueira (2004), estudos demográficos ilustram que, existe uma tendência de crescimento da população idosa no Brasil, a média de vida atual está estimada em 67 a 72 anos, entre as camadas mais aquinhoadas, muito embora permaneça entre 40 e 50 anos em regiões mais pobres do Brasil. Simetricamente, tem-se de acordo com o Estadão (11 /10 /2002):

O Brasil tem menos idosos do que os países mais ricos e desenvolvidos, mas gasta proporcionalmente mais do que eles com o seu sistema de aposentadorias públicas e privadas (INSS). O Brasil gasta 9% do PIB. A média dos países ricos, representados pela OCDE (Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico), é de gastos de 7,4% do PIB.

Cabe destacar, ainda, que o envelhecimento, isto é, a longevidade está correlacionada com um conjunto de variáveis, dentre os quais: o menor índice de analfabetismo, menor taxa de desemprego, menor número de pessoas que compõem a população de desocupados, menor população em estado de pobreza, maior expectativa de vida e a proporção de idosos, sendo que, esses indicadores se comparados com as regiões do Estado Brasileiro, apresenta um quadro bastante pródigo segundo o IBGE (2000).

Os idosos passam a ser um tema alvo das preocupações das Políticas Sociais, quanto à qualidade de vida e prevenção de doenças, em virtude da longevidade, isto é, o aumento da expectativa de vida, bem como do crescimento rápido desse segmento da população.

Vale ressaltar, ainda, que no Brasil, com a influência francesa, o termo idoso passa a ser utilizado nos documentos oficiais, inclusive aparece na Constituição Federal de 1988 (artigo 230), quando então o mesmo é reconhecido cidadão sujeito de direitos.

Assim sendo, o crescente aumento da população idosa vem exigindo a criação de políticas e programas sociais, merecendo a atenção de profissionais, organizações governamentais e não governamentais, que necessitam estar cada vez mais comprometidos com a garantia e conquista de direitos desse segmento da sociedade. Entretanto, Berzins (2003) ressalta o desafio de estabelecer a garantia de melhores níveis de vida e bem-estar para a população brasileira, com a redução da pobreza em todas as idades, haja visto que o envelhecimento diz respeito a toda a sociedade, além da melhor redistribuição da renda nacional produzida socialmente.

1.3 Perfil do Envelhecimento no Estado de Santa Catarina

Conforme constata o IBGE (2000), o Estado de Santa Catarina possui uma população de 5.333.284 habitantes, para uma área total de 95.318,3 km², dos quais aproximadamente 21% viviam em zonas rurais, em aproximadamente 203 mil estabelecimentos rurais. Em face ao intenso processo de urbanização ocorrido após a década de 70, atualmente 30% da população catarinense está concentrada nas oito cidades que têm mais de 100 mil habitantes.

O Estado de Santa Catarina também apresenta um envelhecimento da população bastante avançado, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 2 – Distribuição da população idosa por Estados

Estado	População Total	População Idosa	Percentual
Rio de Janeiro	14.391.282	1.540.754	10,7%
Rio Grande do Sul	10.187.798	1.065.484	10,4%
Paraíba	3.443.825	350.566	10,1%
São Paulo	37.032.403	3.316.957	9,0%
Minas Gerais	17.891.494	1.624.981	9,0%
Rio Grande Norte	2.776.782	250.594	9,0%
Paraná	9.563.458	809.431	8,4%
Bahia	13.070.250	1.077.901	8,2%
Santa Catarina	5.356.360	430.433	8,0%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 *apud* Serviço Social & Sociedade (2003, p.27)

Segundo o Jornal Diário Catarinense (02/12/2005), a média de vida dos catarinenses, que já foi de 73,5 anos em 2000, passou para 74,5 anos, ficando atrás apenas do Distrito Federal, que ocupa a primeira posição na projeção, com 74,6 anos, e em Alagoas, que está no último lugar, com expectativa de 65,5 anos, de acordo com a Tabua da Vida 2004, documento divulgado dia 01/12/2005 pelo IBGE, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 3: Expectativa de vida, por estado:

Estado	Expectativa de vida
1º Distrito Federal	74,6 anos
2º Santa Catarina	74,5 anos
3º Rio Grande do Sul	74,2 anos
4º Minas Gerais	73,8 anos
5º São Paulo	73,4 anos

Fonte: Tábua da Vida-IBGE *apud* Jornal Diário Catarinense, 02/dezembro/2005, Geral, p.32

De acordo com o referido jornal, no ranking por regiões, o Sul mantém a liderança na esperança de vida ao nascer, com Santa Catarina e Rio Grande do Sul ocupando a segunda e a terceira posição na relação por estados. Na média, a expectativa de vida na Região Sul ficou em 73,9 anos em 2004, um ganho de quase 89% nos 25 anos pesquisados pelo IBGE. Entretanto, destaca ainda, que o Brasil está “distante das metas do milênio” (*ibid* p.32), isto é, o país precisará de um esforço especial para atingir as metas afixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU na Declaração do Milênio, documento este referendado por unanimidade pelos seus 189 países - membros.

No que tange a evolução da população catarinense no âmbito rural, afirma Varaschin & Varaschin (2000), o envelhecimento da população é acentuado, em razão de que as pessoas mais idosas que atuam no setor agropecuário, em razão de diversos vetores, como o despreparo para o desenvolvimento de outras atividades.

Vale destacar, ainda, que Santa Catarina, em comparação com demais regiões do país, apresenta um cenário interessante:

Tabela 4 - Proporção de idosos (população com 60 anos e mais), segundo Regiões e Santa Catarina, Brasil, 1997

Região	%
Norte	5,0
Nordeste	7,8
Sudeste	8,6
Sul	8,4
Santa Catarina	7,4
Centro-Oeste	5,8
Brasil	7,9

Fonte: Disponível em: < <http://www.saude.sc.gov.br>

Desta forma, com base na referida tabela, percebe-se que Santa Catarina apresenta um expressivo indicador de envelhecimento em comparação com demais regiões brasileiras. Assim sendo, ratificando o cenário nacional já mencionado anteriormente, evidencia-se, também, no Estado de Santa Catarina, a necessidade iminente de se dar respostas efetivas, por parte do poder público, no sentido de criar políticas e programas sociais que melhor atendam a esse segmento populacional.

1.4 Perfil do Envelhecimento no Município de Florianópolis

Conforme constatado anteriormente, o processo de envelhecimento da humanidade é um fenômeno mundial em franca expansão, por diversas razões já caracterizadas, sendo que Florianópolis não poderia deixar de integrar a esse quadro temático.

O Município de Florianópolis comporta a segunda maior cidade catarinense com maior população, o que requer do poder público, empresas, Universidades e ONG's, esforços no sentido de que sejam desenvolvidas políticas públicas e outras ações, com o intuito de manter e aperfeiçoar as atividades voltadas à qualidade de vidas dos segmentos sociais diversos, como no caso do idoso.

Segundo o Censo IBGE (2000), Florianópolis apresenta uma população de 28.816 (vinte e oito mil e oitocentos e dezesseis) pessoas com mais de sessenta anos, totalizando 8,4% da população total, sendo que destes, 11.822 (onze mil e oitocentos e vinte dois) pessoas são do sexo masculino e 15.916 (quinze mil e novecentos e dezesseis) do sexo feminino.

De acordo, ainda, com o IBGE (2000), numa pesquisa comparativa entre Florianópolis, o Estado de Santa Catarina e o Brasil, numa série histórica de três anos, solidifica-se a afirmativa de que o Município de Florianópolis vem apresentando expressivo índice de envelhecimento no período delimitado, a saber:

Tabela 5 – Índice de envelhecimento na cidade de Florianópolis

Referência	1991	1996	2000
BRASIL	21,0	25,0	28,9
S. CATARINA	20,4	24,2	28,5
FLORIANÓPOLIS	24,7	30,4	35,3

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfidosos2000.pdf>.

De acordo com pesquisa realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina, evidencia-se o perfil sócio-demográfico da população idosa de Florianópolis, conforme abaixo:

Tabela 6 - Características Sócio-demográficas dos Idosos Segundo o Sexo

Características Sócio-demográfico	Masculino %	Feminino %	Total %
<i>Estado Conjugal</i>			
Casado/vive junto	83,5	39,4	61,4
Viúvo	9,7	47,5	28,5
Divorciado/separado	5,0	8,3	6,6
Solteiro	1,9	4,8	3,4
<i>Escolaridade</i>			
Nenhuma	18,3	21,7	20,0
Primário (até 4ª s.)	37,3	48,1	42,7
Ginásio (5ª- 8ª s.)	11,9	11,4	11,7
2º grau/Ensino Médio	13,7	13,7	13,7
Curso superior	18,8	5,0	11,9
<i>Residência</i> (companhia)			
Sozinho	8,0	18,5	13,3
Cônjuge	8,1	39,4	69,4
Filhos	58,6	57,0	66,4
Pais	0,4	0,8	0,7
Irmãos	2,0	3,8	3,4
Netos	18,5	30,3	28,2
Outros	10,4	15,0	14,9
Amigo (a)	0,6	1,6	1,1
Empregado	4,0	3,6	4,5

Fonte: Perfil do Idoso do Município de Florianópolis *apud* BENEDETTI (2004).

Diante deste cenário municipal apresentado, observa-se que a maioria dos idosos é casada ou vive com seu companheiro (61,4%), tendo um expressivo índice de viúvos (28,6%). Quanto à escolaridade dos mesmos, percebe-se que a maioria (42,7%) concluiu o primário – até 4ª série, 11,9% tem curso superior (o nacional é de 4,2%) e 20% não tem nenhuma escolaridade. Salientando, ainda, que Florianópolis tem recebido expressivo número de imigrantes aposentados, em busca da melhor qualidade de vida.

Por fim, de acordo com o exposto até então, evidencia-se, portanto, a problemática da situação atual da população idosa, tendo em vista o evidente e expressivo processo de envelhecimento da população mundial, em especial o cenário dos países em desenvolvimento,

como é o caso do Brasil³, em virtude do despreparo destes países para atender este novo contingente populacional, além das profundas desigualdades sociais e econômicas existentes, configurando-se, portanto, como uma das diversas expressões da questão social. Salientando, ainda, que compreende-se por exclusão social, o conceito defendido por Sposati (1999, p.67) : “Inclui a pobreza, discriminação, subalternidade não acessibilidade, a não representação pública como situações multiformes...”, indo além dos aspectos econômicos, embora estes sejam fundamentais, segundo Silva (2004).

Finalmente, cabe ressaltar que a preocupação com o envelhecimento populacional no Brasil ocorreu na década de 1970, em especial com a Constituição Federal de 1988, onde o Estado reconheceu o idoso como cidadão, sujeito de direitos, tornando-se, portanto, um desafio para toda a sociedade brasileira.

Para perceber como tem-se um longo trajeto a ser cumprido quanto às políticas públicas no Brasil, o próximo capítulo aborda o desencadeamento dos instrumentos e seus diplomas legais que asseguram os direitos ao Idoso enquanto cidadão.

³ Cenário também evidenciado no Estado de Santa Catarina e sua capital Florianópolis, conforme demonstrado anteriormente (itens 1.3 e 1.4).

2. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PROMOÇÃO SOCIAL DO IDOSO

No presente capítulo, serão tratadas as políticas públicas que promovem algum destaque na promoção social do idoso, em todos os três níveis da administração pública, iniciando pelo contexto nacional, estadual e finalmente municipal.

2.1 A Constituição Federal de 1988

A década de 1980 marcou a história brasileira, como um período de crise, recessão financeira (década perdida), e, também de redemocratização, após duas décadas de ditadura militar. Houve intensa mobilização popular, através da sociedade civil organizada (movimentos sociais, sindicatos, associações, etc), culminando na promulgação da Constituição Federal de 1988, em 05 de maio de 1988.

A partir dessa Constituição, o Brasil passa a acenar em direção a uma política de promoção social, ou seja, voltada à consolidação da democracia na República Federativa do Brasil, bem como também passa a compreender a necessidade de uma série de políticas de promoção social a segmentos diversos da sociedade, como no caso do idoso, o qual é legitimado como sujeito social ativo, possuidor de direitos à assistência social.

Reportando-se ao artigo 230, o qual dispõe:

A família, a sociedade e o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo, sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida.

No entanto, vale destacar, que toda mudança cultural leva um tempo para sua absorção e assimilação por parte da população, principalmente em se tratando de um país como o Brasil, o qual caracteriza-se como um país de múltiplas faces, constituído por grandes diferenças regionais, até em razão da grande área geográfica, variável que dificulta a amplitude das administrações públicas.

É inegável, portanto, que a promulgação dessa Constituição representa um avanço histórico, quanto ao reconhecimento dos direitos humanos e sociais no Brasil, bem como

quanto à inclusão da Assistência Social no tripé da Seguridade Social, ao lado da Previdência Social e da Saúde. Vale destacar, também, que pela primeira vez na história brasileira, o idoso é reconhecido como cidadão, sujeito de direitos.

2.2 Política Nacional do Idoso

A Política Nacional do Idoso foi instituída por intermédio da Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, e regulamentada por meio do Decreto nº 1.948, de 03 de julho de 1996.

Logo, a Política do Idoso surge com o objetivo de consolidar os direitos sociais do idoso, firmando condições para a promoção de sua autonomia, integração e participação efetiva no seio da sociedade.

Dispõe o artigo 3º que, ao idoso deve ser assegurado os direitos à cidadania, a garantia de participação na comunidade, com dignidade, o bem-estar e o direito a vida, funções estas de obrigação da família, da sociedade e do Estado.

O referido artigo aborda o envelhecimento populacional como uma questão de interesse da sociedade em geral, reconhecendo a necessidade de se considerar as diferenças econômicas, sociais e regionais existentes no país, quanto a formulação de políticas específicas para esse segmento populacional.

Um detalhe bastante importante que deve ser considerado é que, tanto a família, por conseguinte a sociedade e o próprio Estado mudaram suas funções, em razão da preponderância dos interesses capitalistas vigentes, que poderá apresentar obstáculos na implementação das políticas. Nesse sentido, segundo Guareschi (1999,p.110):

[...] a família recebe grande influência do modo de produção em que está inserida. As relações básicas duma sociedade irão influenciar, direta ou indiretamente, a estrutura familiar.

No artigo 10º, estabelece que na implementação da Política Nacional do Idoso, são competências dos órgãos e entidades públicas na área de promoção e assistência social:

- a) Prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso[...];

- b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros;
- c) promover simpósios, seminários e encontros específicos;
- d) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso;
- e) promover a capacitação de recursos humanos para o atendimento ao idoso.

Segundo Abreu Filho (2004), estes órgãos possuem o poder de polícia para se efetivar o espírito que consagra e que está estabelecido na Política Nacional do Idoso.

O poder de polícia constitui uma atribuição conferida à administração pública a fim de condicionar e controlar o emprego e gozo de bens e a operacionalidade das atividades e direitos individuais, com o interesse público ou social, segundo Dawalibi *apud* ABREU FILHO (2004).

2.3 Estatuto do Idoso

A Lei Federal nº 10.741 de 2003, dispõe sobre o Estatuto do Idoso, aprovada em setembro de 2003 e, sancionada em 01 de outubro do mesmo ano, estabelece em seu artigo 1º, que o referido estatuto é “destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”.

O presente Estatuto possui 118 artigos que regulamentam os direitos das pessoas idosas, com o propósito de operacionalizar a garantia dos direitos assegurados por políticas públicas e mecanismos processuais, segundo Mussi & Piardi (2004).

O mesmo estabelece, ainda, *em caso de maus tratos*, punições que variam de dois meses a um ano de detenção e multa; de um a quatro anos de reclusão, se a infração resultar em *lesão corporal grave*, e no caso *de morte*, a pena aumenta para reclusão de quatro a doze anos (grifo nosso).

Assim sendo, a política de atendimento consagrada no Estatuto do Idoso pode ser conceituada como a estrutura de leis, propósitos, compromissos, princípios e valores que presidem a estrutura e o funcionamento do ramo social do Estado no âmbito da satisfação das necessidades básicas do cidadão, segundo Costa (1990) *apud* ABREU FILHO SILVA (2004).

2.4 Política Estadual do Idoso de Santa Catarina

A Política Estadual do Idoso, no Estado de Santa Catarina, sancionada em 07 de junho de 2000, através da Lei nº 11.436, constando quinze artigos, a qual visa promover socialmente o idoso, nas dimensões já delimitadas na Política Nacional do Idoso.

De acordo com o inciso III, do artigo 6º, do Capítulo III, competirá ao Estado, por meio do órgão responsável pela assistência social, promover a articulação com as Secretarias Estaduais e órgãos Federais responsáveis pelas políticas de Saúde, Previdência Social, Assistência Social, Trabalho, Habitação, Justiça, Cultura, Educação, Esporte, Lazer, Urbanismo Agricultura, segurança pública, Ciência e Tecnologia visando a implementação da Política Estadual do idoso.

O Decreto Estadual nº 3.514, de 29 de novembro de 2001, regulamenta a Lei nº 11.436, de 07 de junho de 2000, estabelecendo em seu artigo 3º, que, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família são órgãos responsáveis pela Assistência Social, a coordenação da Política Estadual do Idoso, a ser exercida em cooperação com as demais secretarias de Estado, co-responsáveis pela implementação desta política estadual.

O mesmo estabelece, ainda, a definição de variáveis que são objeto de foco dessa Política Estadual do Idoso, destacando: a *definição de exclusão social, política de complementaridade de renda, modalidade asilar, gerontologia, comissão regional do idoso*, são variáveis de suma importância que estão correlacionadas com a violência contra os idosos.

Ao se realizar uma análise do Decreto Estadual nº 3.514, denota-se o caráter integrativo com as diversas Secretarias de Estado, para dar cumprimento ao que está estabelecido na Política Estadual do Idoso, um destaque especial, em razão do tema aqui tratado, ressalta-se o envolvimento da Secretaria de Estado da Segurança Pública em razão dos casos de violência contra os idosos.

2.5 Política Municipal do Idoso de Florianópolis

Como ocorreu com as outras esferas no Município de Florianópolis, foi sancionada a Lei nº 5.371, no dia 24 de setembro de 1998, com a finalidade prescrita nas Leis, ou seja,

visando assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade, além de criar o Conselho Municipal do Idoso – CMI, visando garantir a efetivação de seus direitos nas áreas da Assistência Social, Educação, Saúde, Trabalho, Justiça, Esporte, Cultura e Lazer.

De acordo com a Lei nº 5.371, artigo 3º, a política municipal do idoso tem como fio condutor os seguintes princípios:

- a família, a comunidade e os poderes municipais constituídos têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- o processo de envelhecimento diz respeito a toda a comunidade florianopolitana, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- o idoso deve ser o principal agente e destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- as diferenças econômicas, sociais, culturais e o respeito às tradições dos vários segmentos da sociedade florianopolitana deverão ser observados pelos poderes públicos municipais e pela comunidade na aplicação desta Lei.

O Conselho Municipal do Idoso está composto por 32 (trinta e dois) conselheiros, sendo que, destes dezesseis são titulares e outros dezesseis são suplentes, todos indicados pelo poder Executivo, como pela sociedade civil organizada, possuindo não obstante uma configuração paritária. Constitui-se num órgão de caráter público, com poder deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo.

As atividades do Conselho são definidas em reuniões plenárias, as quais acontecem uma vez por mês.

O Conselho Municipal do Idoso encontra-se situado na edificação da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social.

2.6 Prefeitura Municipal de Florianópolis

A Prefeitura Municipal de Florianópolis é uma organização pública, com administração direta e de caráter governamental, possuindo como finalidade o planejamento, organização, direção e controle da promoção da qualidade de vida, com crescimento e

desenvolvimento político, cultural, social, econômico e turístico dos municípios. Tem como missão “promover o bem-estar da gente Florianopolitana”⁴.

Segundo Meirelles (1999), órgãos públicos constituem centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais (municipais, nesta esfera), por meio de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem.

O projeto organizacional (estrutura), é formado: (1) Gabinete do Prefeito; (2) Gabinete do Planejamento; (3) Procuradoria Geral do Município; (4) Secretaria da Saúde; (5) Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social; (6) Secretaria de finanças; (7) Secretaria de Administração; (8) Secretaria de Turismo; (9) Secretaria de Educação; (10) Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos; (11) Fundação Municipal do Meio ambiente; (12) Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascais; (13) Fundação Municipal de Esportes e Secretaria Regional do Continente.

Instituída pela Lei complementar nº 158 de 18 de fevereiro de 2005, A Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, está situada na Avenida Mauro Ramos, nº 1277, Centro, Telefone – 048 3251-6200.

A referida Secretaria está estruturada em quatro Gerências, quais sejam:

1. Gerência Administrativa Financeira;
2. Gerência de Atenção ao Idoso;
3. Gerência da Criança e do Adolescente;
4. Gerência da Família.

Essa Secretaria é um organismo ao qual incumbe o desenvolvimento das políticas sociais de atendimento à criança, adolescente, idoso e família, como bem caracteriza sua própria denominação.

A Gerência de Atenção ao Idoso está diretamente envolvida na criação e manutenção de trabalhos sócio-educativos, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

A Gerência de atenção ao Idoso está composta por uma equipe técnica formada por quatro Assistentes Sociais, duas Psicólogas, uma Professora da área de Educação Física e por dois Estagiários dos cursos de Serviço Social, que atuam primordialmente, junto à população idosa do Município de Florianópolis, integrando os projetos abaixo relacionados:

⁴ Disponível em <http://www.pmf.sc.gov.br>. Acesso em 15/maio/2005.

- **Apoio à Dinamização e Organização de Grupos de Convivência:** Facilita e oportuniza espaços de convívio, expressão, reflexão, aprendizagem e a valorização pessoal e social.
- **Atividades Físicas e Recreativas nas Comunidades:** Tem o fito de promover autonomia, aquisição de hábitos saudáveis, por intermédio da prática de atividades físicas e recreativas nos grupos de convivência, comunidades e instituições asilares.
- **Organização e Apoio às Práticas Educativas, Culturais e de Lazer para a Terceira Idade:** Voltado para os idosos de Florianópolis, promove o desenvolvimento de potencialidades, a expressão cultural e socialização.
- **Apoio Psicossocial ao Idoso e sua Família:** Visa criar mecanismos para o fortalecimento da estrutura e vínculos familiares e permanência do idoso no convívio do seu grupo familiar e comunitário.
- **Renda Extra para o Idoso:** Instituído com a Lei Municipal nº 5.330/98, está baseado na assistência pecuniária mensal de um salário mínimo, para todas as pessoas com sessenta anos ou mais, debilitadas de saúde, ou seja, pessoas portadoras de enfermidades física ou mental, que se enquadre em termos de renda, com até três salários mínimos. Para ter acesso ao benefício, é essencial que o idoso resida em Florianópolis, pelo menos, cinco anos. O Projeto atende atualmente 95 idosos aproximadamente, sendo que, 125 idosos aguardam suas inclusões em lista de espera.
- **Disque Idoso:** Disponibiliza ao cidadão florianopolitano acesso à informação e orientação por meio de telefone (08006440011) acerca dos direitos sociais do idoso e da rede de atendimento disponível, além da assistência, acolhimento e encaminhamento de denúncias.

Segundo o Projeto Técnico de 2005, as perspectivas de impacto social consistem na redução da demanda a outros benefícios, como por exemplo: Auxílio de material de higiene e saúde (medicamentos e fraudas) e cestas básicas, podendo, desta forma, atender outras necessidades familiares.

Dentro desta perspectiva, o próximo capítulo é destinado a refletir quanto às ações interventivas do Serviço Social e o desvelamento das demandas inerentes a questão do Idoso.

3. O SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS QUESTÕES RELATIVAS À VIOLÊNCIA

Diante do exposto até então, evidencia-se o expressivo e crescente número das ocorrências de violências praticadas contra os idosos, verificados no atendimento do projeto Disque Idoso, sendo, portanto, alvo da intervenção profissional do Serviço Social.

3.1 A violência contra o idoso

O tema violência⁵ por si só abrange muita complexidade e de difícil trato tanto no Brasil como em outros países, o qual pode ser abordado a partir de inúmeras variáveis, como, por exemplo, política, econômica, antropológica, biológica, cultural, psicológica e social.

Segundo Minayo (2003), a violência contra idosos deve ser enfocada sob três aspectos: do ponto de vista demográfico, sócio-antropológico e epidemiológico. Para a autora, essa violência se expressa em tradicionais formas de discriminação, considerando os idosos como descartáveis.

No que tange ao caráter social da violência no Brasil, segundo Chauí (1980) *apud* GUERRA (1985), ao longo da história do país constrói-se o mito da não-violência do brasileiro, sendo que uma das formas de construção desse mito é o fato de se encarar a violência com caráter de accidentalidade e de excepcionalidade. Assim, ao explicar a violência como “produto mais direto da migração, da urbanização desenfreada, da miséria, ou seja, do rompimento dos antigos laços comunitários que um homem tinha na sua passagem do rural para o urbano” (*ibid*, p.90). Desta forma, a violência teria um caráter disfuncional, estando mais restrito às camadas pobres, sendo vista como uma transgressão às regras determinadas socialmente, ou seja, adquire caráter de exceção e de acidente, passageiro, definida, portanto, como crime. A autora afirma, ainda, que “a própria história oficial do país é mais um dos mecanismos utilizados para reforçar a idéia de que o brasileiro não é violento [...] os vencidos não tem voz, porque ela é a história dos vencedores” (*ibid*, p.91), referindo-se a visão dos

⁵ Violência, s.f.: “Qualidade de violento; ato violento; constrangimento; emprego de força; ato de violentar”, segundo o Dicionário escolar da língua portuguesa (1970, p. 1345).

índios pelos jesuítas e os negros através do senhor dos escravos, isto é, a história sempre é contada a partir do ponto de vista do vencedor e dono do poder.

Reportando-se a Chauí (1980) *apud* GUERRA (1985, 90), a qual define a violência:

Como o processo de redução de um sujeito à condição de coisa e a encarando como um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que vem do alto para baixo da sociedade, unificando-a verticalmente e espalhando-se pelo interior das relações sociais numa existência horizontal que vai da família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho de Estado.

Nesse sentido, Chauí (1980) afirma, também, que o mito da não-violência do brasileiro é construído, ainda, através do mascaramento de algumas formas de violência sob imagens aparentemente não violentas, a exemplo da afirmação do caráter natural e sagrado da família. Assim, percebe-se a tendência de separação das visões entre a violência doméstica (numa perspectiva de análise cósmica ou moral) e, por outro lado, o discurso que denuncia a violência como um caso de polícia (visão num plano social mais global). Desta forma, evidencia-se a dicotomia entre o mundo da violência doméstica e o mundo da violência geral na sociedade. Diante desse quadro adverso, a autora aponta como de extrema relevância “a discussão do circuito de violência doméstica enquanto interligado ao circuito de violência mais geral da própria sociedade é uma tarefa por construir e de extrema importância” (*ibid*, p. 91).

No Brasil, os estudos sobre morbidade relacionadas às causas violentas em idosos são prematuros, o destaque é que o fato também é verificado na literatura internacional. Por meio de investigações mais localizadas, com trabalho de campo e busca ativa, alguns estudiosos calculam que aproximadamente 70% das lesões e traumas sofridos pelos idosos não estão incluídos nas estatísticas, segundo Chavez (2002).

Nesse prisma, segundo a ONU⁶ (2002):

As violências físicas, sexuais e emocionais sobre pessoas idosas e a sua exploração financeira passam em grande medida despercebidas e não são participadas, pelo que só os casos mais graves recebem atenção.

⁶ Disponível em <<http://www.onu.org.br>>. Acesso em 23/outubro/2005.

Percebe-se ainda, que inúmeros casos de agressões contra idosos têm origem na família, sendo cometidos por parentes, como filhos, netos, genros e noras, conforme relatado por Souza (2004).

Nesse sentido, estudos realizados demonstram que a violência é preponderante no âmbito familiar, sendo que, uma das causas, talvez seja o atual modelo de família adotado que privilegia a procura constante por necessidades de ordem econômica em detrimento das demais demandas.

Os estudos de Minayo e Coimbra (2002, p.72) postulam que:

No âmbito das instituições de assistência social e saúde, são freqüentes as denúncias de maus tratos e negligências. Mas nada se iguala aos abusos e negligências no interior dos próprios lares, onde choque de gerações, problemas de espaço físico, dificuldades financeiras costumam se somar a um imaginário social que considera a velhice como "decadência".

Em uma pesquisa realizada em Belo Horizonte, envolvendo uma amostra de 1.388 casos registrados nos Termos Circunstanciados de Ocorrência realizada por Chaves e Costa (2002), observa-se que, a violência doméstica é uma variável de maior preocupação e foco de estudo, estando relacionada com laços afetivos desenvolvidos durante a convivência cotidiana.

Conclui, ainda, os pesquisadores:

As marcas da agressão contra o idoso não são apenas físicas, mas também de ordem psicológica, e, às vezes, até moral. A violência parece revelar ao idoso o sentimento de incapacidade em lidar com os filhos, os netos, o(a) companheiro(a) e em enfrentar o mundo que o cerca (CHAVES e COSTA, 2002, p.48).

Nessa mesma direção, aponta Debert (2003), os parentes próximos são os maiores agressores de idosos, conforme revela um levantamento coordenado pela pesquisadora da UNICAMP.

Segundo o *The New England Journal of Medicine* apud AZEVEDO (2005), a violência contra idosos pode dar-se de modo diverso e em circunstâncias diversas:

Como abuso ao idoso, podem ser caracterizadas as violências físicas (golpes, bater com objetos, etc) que podem resultar em ferimentos, queimaduras e fraturas; o abuso emocional ou psicológico que em geral acompanha a violência física e que se caracteriza por ofensas verbais, insultos, e humilhação; como abuso também pode se caracterizar a

espoliação ou a apropriação de valores como dinheiro e propriedades e também coerção em assuntos financeiros; finalmente a negligência com o idoso dependente, no que se refere às suas necessidades básicas e que pode ser feita propositadamente com o intuito de punir mas também sem má intenção por ignorância. (AZEVEDO, 2005, p.27)

No Brasil, segundo o COEP⁷ - Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida, conforme preconizado pela ONU – Organização das Nações Unidas, quanto aos Objetivos do Milênio – ODM, será lançado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, com intuito de combater a violência e os maus-tratos contra os idosos e garantir seus direitos constitucionais. O mesmo é coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, o qual prevê ações conjuntas entre a Secretaria e os Ministérios da Saúde, Educação, Previdência, Justiça e Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

O referido plano apresenta propostas em quatro dimensões: construção do protagonismo do idoso; ações específicas de promoção e prevenção de enfrentamento à violência e maus-tratos; combate à impunidade nos casos de violência contra este público; e melhoria da rede de atendimento e atenção à pessoa idosa. Dentre as ações previstas estão: campanhas de sensibilização junto a sociedade e programas de estudo e pesquisa, como forma de construir indicadores e parâmetros que subsidiem outras iniciativas de enfrentamento a violência, bem como a criação de um banco de dados sobre a situação do idoso no país.

Apesar da preocupação das autoridades acerca da temática violência contra idosos, muito ainda tem de ser desvelado, amadurecido e realizado, com vistas ao enfrentamento efetivo de tal questão.

De acordo com Minayo (2003, p. 786), das unidades da Federação Brasileira:

Seis Unidades da Federação destacam-se como as mais violentas para os idosos: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Rio de Janeiro, com taxas que variam de 133,7 a 249,5 óbitos por 100 mil habitantes. Piauí e Maranhão evidenciam as taxas mais baixas, cerca de 52/100 mil.

Em um estudo realizado por Alves (2001), o mesmo concluiu que, com relação à variável sexo dos acusados, percebeu-se que tanto os homens quanto mulheres são os agentes agressores.

⁷ Disponível em: http://www.coeptbrasil.org.br/noticias.asp?_noticia=671. Acesso em: 03/dezembro/2005.

Cabe salientar, ainda, que no trânsito observa-se que, a idade avançada deixa os idosos mais vulneráveis e, inúmeros são os casos de vítimas de quedas e atropelamentos, conforme a Revista com Ciência (2002).

De acordo com Costa e Chaves (2003, p.48):

Com o crescimento da população idosa no Brasil prevê-se um aumento dos índices de criminalidade contra esse grupo, denominado minoria. [...] que diante das escassas condições econômicas, as questões relativas aos proventos da previdência social, descaso da sociedade para as condições de vida do ancião, poderão elevar as taxas de violência em que a maioria atue como agente e não mais como vítima.

De acordo com Hespanha (2005, p.72), a violência contra os idosos pode assumir o seguinte quadro:

- A violência na família contra o idoso tende a aumentar em razão do enfraquecimento dos laços intrafamiliar e a perda da autonomia.
- Nas instituições a violência torna-se cada vez mais visível em razão da impessoalidade e do regime legalista e burocrático que caracteriza essas organizações.
- Os veículos que integram a mídia, mais especificamente a televisão muito valorizada pelos idosos, cumprem um papel fundamental no exacerbamento destes valores: nos anúncios raramente aparecem idosos, os bens de consumo anunciados raramente lhes são acessíveis e a toda a hora são enfatizados os valores da juventude.
- A violência simbólica está configurada no fato de se exigir que os idosos possuam atitudes e comuniquem de acordo com os paradigmas atualizados é uma forma de exercício de violência simbólica, que muitas vezes dificulta as relações inter-geracionais e conduz à exclusão dos idosos da vida familiar e social.
- O idoso apresenta uma capacidade mais reduzida de proporcionar respostas às agruras e exigência em sociedade, sendo comumente tratado como uma pessoa diminuída.
- O processo de envelhecimento natural pode ser segmentado, ou seja, na mesma população, alguns indivíduos têm os seus processo de envelhecimento acelerado, pelo sobreconsumo do seu próprio corpo, enquanto que outros puderam defender-se, preservando a sua saúde e, aumentando sua longevidade.
- O mercado de trabalho exclui a sabedoria e o conhecimento dos idosos em razão das novas tecnologias.
- O ritmo de vida e as regras de conduta imposta pelas sociedades atuais representam um outro fator de marginalização e de exercício de violência simbólica sobre os idosos. Eles são forçados a respeitar as restrições e as proibições que permitem viver nestas sociedades.

As políticas públicas devem possuir amplitude suficiente para abranger as minorias, sujeitos sociais que requerem demandas de assistência social emergentes, visando maior qualidade de vida e uma sociedade mais justa:

Em qualquer política de prevenção e atenção à violência contra os idosos, atualmente, precisa-se considerar as diferentes formas de configuração do problema. Devem ser objeto de atenção: políticas públicas que redefinam, de forma positiva, o lugar do idoso na sociedade e privilegiem o cuidado, a proteção e sua subjetividade, tanto em suas famílias como nas instituições, tanto nos espaços públicos como nos âmbitos privados. Por exemplo, a travessia mais segura das ruas, a conservação das vias, a reeducação de motoristas de coletivos para garantirem a segurança na subida e no interior dos veículos, maior tempo de sinalização para a travessia podem colaborar para a prevenção de acidentes nesta faixa etária (MINAYO, 2003, p.790).

Diante deste cenário de aumento significativo do envelhecimento populacional, torna-se mister e de extrema relevância, a criação e a consolidação das políticas públicas voltadas a este segmento populacional.

3.2 A atuação do Serviço Social e o Projeto Disque Idoso:

Em consonância com a Política Nacional que visa o atendimento ao Idoso, o Projeto Disque Idoso, em nível municipal, foi criado em janeiro de 2004, visando “possibilitar à população idosa e ao munícipe em geral acesso a orientações, encaminhamentos e de defesa e proteção de seus direitos” (PROJETO DISQUE IDOSO, 2004).

O mesmo disponibiliza, através de uma linha telefônica, um serviço de informações e orientações acerca dos direitos sociais dos idosos, legislações diversas, além de receber denúncias de violência contra idosos e outros desrespeitos à lei. Este projeto também busca propiciar que o idoso tenha acesso aos serviços assistenciais existentes na rede, possibilitando, portanto, a viabilização de encaminhamentos.

Com esta dinâmica, o atendimento aos idosos no município é viabilizado via serviços telefônicos (08006440011), gratuitamente, de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, sendo viabilizado por meio do atendimento realizado por estagiárias do curso de Serviço Social, sob a supervisão de assistentes sociais vinculados ao referido projeto.

No que tange ao processo de trabalho do assistente social, Mito (2003) *apud* LIMA (2004) propõe suas ações estruturadas em torno de três eixos norteadores: Processos Político-Organizativos, Processos de Planejamento e Gestão e Processo Sócio-Assistenciais. Este terceiro eixo consiste na intervenção direta com os usuários, em especial com famílias e segmentos sociais vulneráveis, cujo objetivo é contribuir para responder as demandas na perspectiva da cidadania e dos direitos. O referido eixo contempla quatro categorias de ações: sócio-educativas, sócio-emergenciais, sócio-terapêuticas e periciais.

Com essa compreensão, o Serviço Social no Projeto Disque Idoso, intervém principalmente na perspectiva das ações sócio-emergenciais, o qual consiste no acolhimento da demanda atendida (escuta social qualificada), sendo que após a verificação da triagem dessas questões, entre as quais verifica-se solicitação de informações, orientações e denúncias diversas, respondendo as consultas e orientações solicitadas, bem como viabilizando os devidos encaminhamentos. Nesse atendimento, evidencia-se números crescentes de ocorrências de violência contra os idosos.

Essa situação emergente desafia os assistentes sociais, segundo Iamamoto (2001), no sentido de se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as mudanças da realidade social, exigindo, assim, novas competências no enfrentamento dessa problemática, sobretudo a produção de conhecimento acerca da realidade social onde o profissional atua, visando dar suporte ao processo de intervenção. Para a autora, a matéria-prima ou o objeto de trabalho profissional, aqui considerado, se constitui nas múltiplas expressões da questão social, junto aos vários segmentos, entre os quais o idoso, as quais exigem a ação profissional. Nesse prisma, é fundamental pesquisar e conhecer a realidade social, isto é, o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende impulsionar o processo de mudanças.

Nas palavras da autora:

Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho. (*ibid*, p. 62)

Vale salientar, ainda, que quando as consultas não são respondidas de imediato, elas têm o prazo de 72 horas para serem retornadas, sendo que são encaminhadas para a equipe técnica de apoio, merecendo a devida análise, com posterior encaminhamento.

A referida equipe técnica do projeto é composta por uma assistente social, uma psicóloga e duas estagiárias do Serviço Social, todavia, cabe ressaltar que essa equipe não é exclusiva do projeto, desempenha outras atividades nos demais projetos da gerência.

Dentre as atividades realizadas neste projeto, destaca-se o levantamento e constante atualização das informações existentes no banco de dados e dos cadastros dos grupos de convivência do município, além da sistematização das informações acerca da legislação específica alusiva ao idoso, tais como: transporte coletivo, saúde, educação, lazer, turismo, esporte, cultura, instituições que atendem idosos, moradias, produtos e serviços, grupos de convivência, voluntariado, geração de renda, entidades diversas. E por fim, realiza o processamento mensal dos indicadores dos atendimentos realizados, para avaliação sistemática do projeto.

Com este dimensionamento do projeto Disque Idoso, e as questões relativas a essa problemática, o próximo item apresenta, sob a ótica do serviço social, a configuração das ocorrências relatadas no referido Projeto, durante o período de novembro/2004 a maio/2005, com ênfase a questão da violência contra os idosos do município. Vale esclarecer, ainda, que tal período refere-se ao estágio obrigatório curricular e extra-curricular, uma exigência do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, cuja atuação prática específica se deu junto ao Projeto Disque Idoso, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

3.3 Focalizando a violência contra o Idoso e a posição do Serviço Social

Com o suporte teórico acerca da temática violência, em especial envolvendo idosos no âmbito familiar, o presente item tem como objetivo fazer inferência acerca das ocorrências de violências praticadas contra idosos. Trata-se de dimensionar as ocorrências relatadas no Projeto Disque Idoso, referente ao município de Florianópolis, no período de novembro/2004 a maio/2005, o qual oportuniza o reconhecimento da problemática.

Para tal, apresenta-se os dados identificados por região, dando a dimensão da configuração da realidade do município.

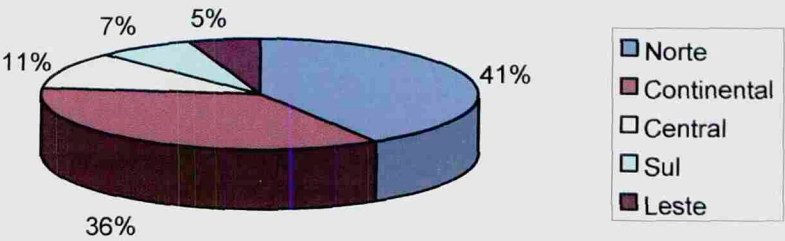
Tabela 7 – Demonstrativo das denúncias por região, no período de Novembro/2004 a Maio/2005

Região	Número	Percentual
Norte	23	41%
Continental	20	36%
Central	6	11%
Sul	4	7%
Leste	3	5%
TOTAL	56	100%

Fonte: Disque Idoso da PMF

Ilustra a Tabela 7 que, 41% dos registros de violência contra idosos são praticados na região norte do Município de Florianópolis, englobando-se aí os Bairros Rio Vermelho e Ingleses, locais estes onde se constata alguns bolsões de pobreza.

Gráfico 1 - Demonstrativo das denúncias por região, no período de Novembro/2004 a Maio/2005



Fonte: Disque Idoso PMF

Percebe-se também no Gráfico 1, a incidência significativa de 36% dos atos de violência contra idosos praticados na região continental do Município, englobando os Bairros Capoeiras, Coqueiros, Estreito e Monte Cristo, novamente repetindo-se a situação da

existência de grande concentração de bolsões de pobreza, indicando, portanto, que locais de concentração de pessoas de baixa renda, a incidência de violência contra o idoso ocorre mais freqüentemente. Abaixo, aborda-se os tipos penais relativos à prática da violência contra o idoso.

Tabela 8 – Demonstrativo dos crimes e contravenções contra idosos, no período de Novembro/2004 a Maio/2005

Crimes contravenções	Número	Percentual
Negligência	18	32%
Maus Tratos	14	25%
Abandono	10	18%
Agressão Física	05	9%
Outros	05	9%
Agressão Verbal	04	7%
TOTAL	56	100%

Fonte: Disque Idoso da PMF.

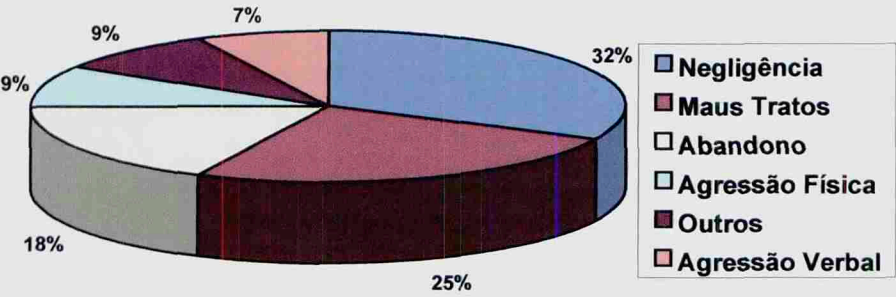
Conforme a Tabela 8, verifica-se que, 32% dos crimes e contravenções praticados contra idosos, trata-se de negligência⁸, fato este relacionado diretamente aos familiares, os quais deixam de prestar assistência ao idoso.

Nesse sentido, segundo Grando (1999, p.53):

A negligência é um tema controvertido, pois está intimamente relacionado com as condições estruturais da nossa sociedade, que exclui grande camada da população das oportunidades de acesso ao conhecimento, a geração e distribuição de renda e de qualidade de vida digna.

Em contrapartida, pode-se observar que, 25% dos casos praticados contra idosos estão relacionados com maus tratos, representando um número expressivo, capaz de preocupar qualquer das instituições relacionadas à proteção ao idoso.

Gráfico 2 - Demonstrativo dos crimes e contravenções contra idosos, no período de Novembro/2004 a Maio/2005



Fonte: Disque Idoso da PMF

No Gráfico 2 verifica-se que, 18% da violência cometida contra o idoso no período considerado, refere-se ao abandono, seguido de 9% pela prática de agressão física, dado que apresenta o grave quadro de violência em que está submetido o idoso.

Tabela 9 – Demonstrativo dos autores das denúncias de violência contra idosos, no período de Novembro/2004 a Maio/2005

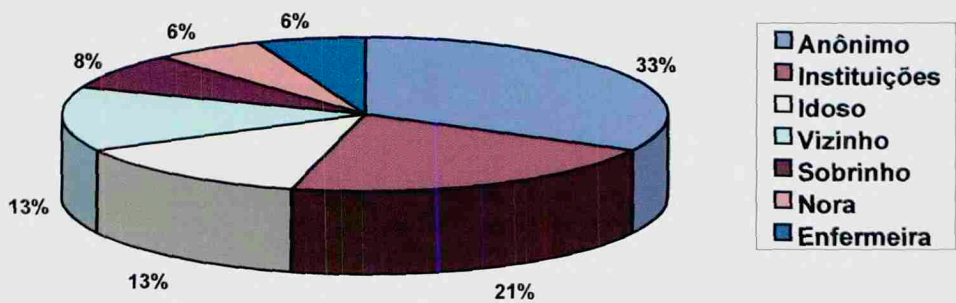
Denunciante	Número	Percentual
Anônimo	17	30%
Instituições	11	20%
Idoso	07	13%
Vizinho	07	13%
Sobrinho	04	7%
Nora	03	5%
Enfermeira	03	5%
TOTAL	56	100%

Fonte: Disque Idoso da PMF

⁸ Seg. Aurélio (1986,p.1186)“desleixo,descuido,incúria,desatenção,menoscabo,menosprezo,preguiça,indolência”.

Vale destacar, que quando relaciona os autores das denúncias de violência contra o idoso, verifica-se que as denúncias anônimas superam as demais, mostrando que a população e provavelmente a própria vítima tem medo de denunciar.

Gráfico 3 - Demonstrativo dos autores das denúncias de violência contra idosos, no período de Novembro/2004 a Maio/2005.



Fonte: Disque Idoso da PMF

A partir de uma leitura do Gráfico 3, verifica-se como participação positiva, a ação das instituições públicas no que se refere à denúncia de violência contra o idoso, bem como a participação da própria vítima com 13% das denúncias. Tal frequência é pouco significativa, em função do receio do idoso de perder os laços familiares, bem como, sofrer novas ameaças de violência, justificando esta colocação em função do número significativo de denúncias anônimas.

Na Tabela 10, a seguir, observa-se os principais agentes responsáveis pelos casos de violência contra os idosos notificados.

Tabela 10 – Principais agentes de crimes e contravenções praticados contra idosos, no Período de novembro/2004 a maio/2005.

Autoria	Quantidade	Percentual
Filhos	39	70%
Outros	08	14%
Netos	03	5%
Tios	02	4%
Genros	02	4%
Afilhados	01	2%
Esposo	01	2%
TOTAL	56	100%

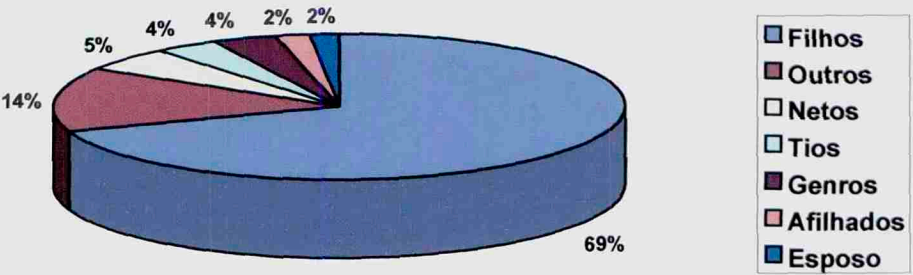
Fonte: Disque Idoso da PMF

De acordo com a Tabela 10, 70% dos crimes praticados contra idosos, são de autoria dos próprios filhos, o qual segundo Chaves (2002), é difícil de ser monitorada pois, está relacionada a vínculos de convivência diária. Os tios e genros aparecem com 3,57% das agressões, demonstrando que, pessoas que embora não sejam relacionadas diretamente com vínculo familiar em primeiro grau, também praticam violência contra idosos. Quanto à frequência de que, 14% dos atos de violência são praticados contra idosos, por outros, se está acenando para pessoas do tipo de laço como: empregada, pedreiro, Centro de Saúde, Instituição Financeira.

Nesse sentido, declara Minayo *apud* ESTADÃO (2004):

A violência econômica, com abuso psicológico, principalmente por parte de familiares e a negligência, são os dois fatores mais significativos da violência sofrida por idosos no Brasil. Hoje são 5 milhões brasileiros com idade acima de 60 anos.

Gráfico 4 - Principais agentes de crimes e contravenções praticados contra idosos, no período de novembro/2004 a maio/2005.



Fonte: Disque Idoso da PMF

Verifica-se no Gráfico 4, expressivo índice de participação dos netos com 5% dos atos de violência contra idosos.

Cabe aqui, sob o enfoque do Serviço Social, uma reflexão sobre o dado colhido em relação à violência praticada pelo esposo, onde se registra a participação apenas de 2%. Entende-se que, tal índice dá-se em razão da viuvez das pessoas já em idade avançada, bem como, no receio de denunciar seu companheiro o que poderia agravar o processo de violência, além, é claro, da tradição cultural machista da família brasileira.

Apresenta-se na Tabela 11, os dados referentes à incidência de violência contra os idosos, levando-se em conta a variável o sexo.

Tabela 11 – Incidência de violência contra idosos (variável sexo), no período de Novembro/2004 a Maio/2005

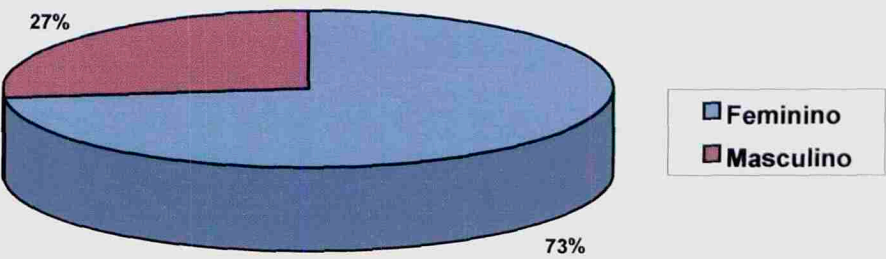
FEMININO		MASCULINO	
Número	Percentual	Número	Percentual Relativa
41	73%	15	27%

Fonte: Disque Idoso da PMF.

Na Tabela 11, pode-se constatar que, a grande maioria dos idosos que sofre violência, é do sexo feminino, totalizando 73% dos casos registrados no referido período, contra apenas

27% dos casos de violência contra o sexo masculino, caracterizando que, a sociedade ainda possui traços machistas e discriminatórios.

Gráfico 5 - Incidência de violência contra idosos (variável sexo), no período de Novembro/2004 a Maio/2005.



Fonte: Disque Idoso da PMF

Na Tabela 12, apresenta-se o resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo Projeto Disque Idoso, no que se refere aos encaminhamentos dos casos de violência contra os idosos notificados.

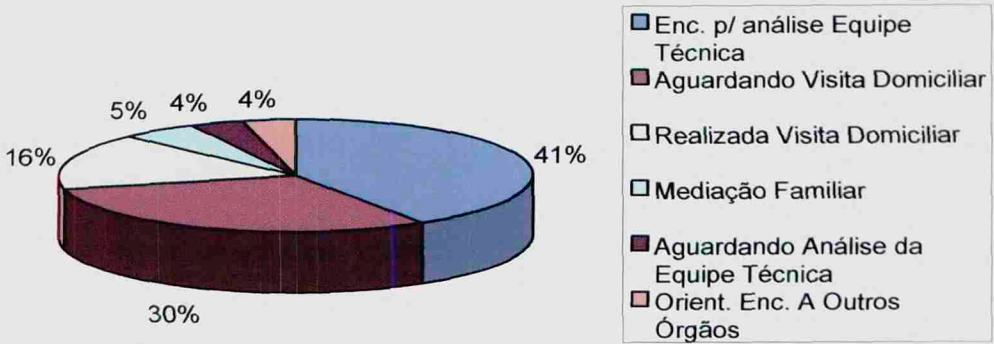
Tabela 12 - Providências e encaminhamentos das denúncias recebidas no período de Novembro/2004 a Maio/2005

Providências	Número	Percentual
Encaminhamentos p/ análise Equipe Técnica	23	41%
Aguardando Visita Domiciliar	17	30%
Realizada Visita Domiciliar	9	16%
Mediação Familiar	3	5%
Aguardando análise da Equipe Técnica	2	4%
Orientações encaminhadas. A outros Órgãos	2	4%
TOTAL	56	100%

Fonte: Disque Idoso da PMF

Percebe-se um índice significativo de ocorrências ainda aguardando visitas domiciliares, isto é, 30% dos casos denunciados, sendo este um dos principais encaminhamentos realizados pela equipe técnica.

Gráfico 6 - Providências e encaminhamentos das denúncias recebidas no período de Novembro/2004 a Maio/2005.



Fonte: Disque Idoso da PMF

Outro índice relevante, todavia não muito expressivo, é o de 4% dos atendimentos encaminhados a outros órgãos, tais como, Vara da Família, Prefeitura Municipal de São José, Conselho Municipal do Idoso, Defensoria Pública, Registro de Boletim de Ocorrência, entre outros.

Evidencia-se, portanto, um cenário bastante preocupante, tendo em vista o índice significativo não atendido, isto é, os 30% que aguardam visita domiciliar, os 41% apenas encaminhados para análise da equipe técnica e os 4% que aguardam análise da referida equipe, configurando-se, portanto, um alto índice de ocorrências ainda sem a devida intervenção direta e efetiva dos referidos profissionais.

Diante do exposto até então, o resultado desse estudo evidencia e confirma a relevância e o significado social do Projeto Disque Idoso, frente à demanda atendida, isto é, quanto às necessidades individuais destes idosos atendidos, bem como suas respectivas famílias e também reflete num âmbito mais amplo, na sociedade em geral. Todavia, apesar de evidenciar

a relevância e expressiva dimensão do projeto, os resultados analisados, até então, também demonstram que suas ações práticas tem-se revelado tímidas e de pouco alcance efetivo.

Desta forma, torna-se um desafio para estes profissionais do Serviço Social, pensar no conjunto da Política Municipal voltada ao idoso, bem como a efetividade e articulação entre estas ações e o caráter pontual evidenciados neste projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao concluir este trabalho, pautado na experiência prática curricular e extracurricular, especificamente no período de novembro/2004 a maio/2005, junto ao Projeto Disque Idoso, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, cabe salientar que o objetivo consistia em analisar e interpretar as ocorrências de violências praticadas contra os idosos, sob a ótica do Serviço Social, verificados no atendimento do referido projeto, durante o período já mencionado.

Vale relatar, portanto, que o objetivo pressuposto foi alcançado com êxito, uma vez que foram apresentadas e desveladas, sob a ótica do Serviço Social, as ocorrências de violências contra os idosos, na qual evidenciou-se os inegáveis recuos e limitações na execução do referido projeto, todavia, também revelou sua relevância diante da respectiva demanda emergente.

Nesse sentido, faz-se necessário a ampliação e reestruturação deste projeto, bem como a implantação de outras alternativas, que de fato respondam às reais necessidades vivenciadas pelo referido segmento populacional.

De acordo com Iamamoto (2001), entre os desafios vividos pelos profissionais de Serviço Social está a capacidade de “decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes do cotidiano” (ibid, p.20).

Nessa perspectiva, o assistente social deve ultrapassar a prática burocratizada e mecanicista, assumindo um maior comprometimento ético com a profissão e com os usuários, cujas ações devem ser pautadas nas diretrizes e normas estabelecidas pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Assim sendo, recomenda-se para a Prefeitura Municipal de Florianópolis, como sugestão, a ampliação e a formação de uma equipe técnica para atender exclusivamente o projeto Disque Idoso, em virtude da relevância deste projeto. Para tanto, é fundamental que esta equipe seja devidamente capacitada e qualificada e realmente comprometida com o projeto, para atender as necessidades dos idosos e suas respectivas famílias, tornando o trabalho cada vez mais otimizado, dinâmico e sistemático, e conseqüentemente, evitando a crescente demanda reprimida evidenciada. Conforme preconiza o Estatuto do Idoso (artigo 3º,

parágrafo único, inciso VI) a “capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;”

Uma outra recomendação importante, refere-se aos registros dos atendimentos prestados no referido projeto, os quais ainda são registrados manualmente, possibilitando a perda e o extravio dos dados, além de dificultar sobremaneira o levantamento estatístico. Para tanto, sugere-se a ordenação de um banco de dados informatizado, capaz de registrar as informações, além de permitir a emissão de relatórios com frequência.

Um tema relevante a ser refletido neste trabalho, refere-se às políticas sociais residuais, tendo em vista que a proposta do Projeto Disque Idoso seria prestar atendimento para o idoso e sua respectiva família, atuando de forma integral sobre a problemática apresentada. Entretanto, na sua prática, percebe-se ações voltadas para o “indivíduo problema” da família, sem a devida consideração dos demais membros no processo de atendimento. Isso significa, portanto, que as ações profissionais ali evidenciadas estão na contramão do próprio projeto e também do preconizado no Código de ética que norteia a ação profissional do assistente social.

Nesse sentido, segundo Miotto (1977, p.123) não se deve “trabalhar na perspectiva do usuário problema”, isto é, numa visão particularizada, individual, na qual os profissionais “não conseguem perceber que é a família como um todo e não apenas um membro dela que necessita atenção” (*ibid*, p.123). Desta forma, Silva (2004) aponta a necessidade de que se avançar para a condição de parceria e cidadanização das famílias, superando a posição de tutela e controle vividos até então. Assim, Neder (2000) afirma a necessidade de se melhor ajustar o foco das lentes dos profissionais, no sentido de “...evitar os paradigmas de família regular x família irregular, responsável, em larga medida, pelos preconceitos...” (*ibid*, p.28).

Diante do exposto, faz-se necessário visualizar o assistente social inserido no cenário institucional, em especial o público, pautado nas relações de poder. Merhy apud SILVA (2004) inferindo ao processo de trabalho em micropolítica⁹, afirma que não cabe a noção de impotência como algo definitivo e sim provisório.

Nas palavras da autora:

⁹ Segundo Merhy apud SILVA (2004, p.100), “refere-se ao espaço específico de atuação de qualquer profissional no processo de trabalho, no qual ele detém certa autonomia e controle (autogoverno), conforme seus conhecimentos e competência.”

O assistente social deve ser suficientemente competente e criativo para romper com os limites instituídos, superando assim os obstáculos encontrados, os quais não podem representar o fim de sua atuação e jamais justificar suas omissões e insucessos. (SILVA, 2004, p.100)

Vale ressaltar outra recomendação de extrema relevância, referente a necessidade urgente de incluir o processo de envelhecimento do ser humano e a questão do idoso no currículo do curso de serviço social, uma vez que o mesmo sequer é mencionado. Lembrando, ainda, que conforme a Política Nacional do Idoso (artigo 3º, inciso II), “o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral. Devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos”.

Ao finalizar o presente trabalho, vale ressaltar a relevância do Projeto Disque Idoso, dado sua significativa dimensão de abrangência, sendo, portanto, alvo de preocupação e ações concretas por parte das autoridades e políticas públicas, que visem de fato atender este segmento populacional. Nessa perspectiva, cabe aqui atenção especial aos profissionais que atuam diretamente sobre a problemática apresentada, como é o caso dos assistentes sociais, os quais devem intervir com total comprometimento e responsabilidade, embasados na competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, e norteados pelas diretrizes e normas que regulamentam a profissão, isto é, o Código de Ética do Assistente Social. Portanto, a problemática atual do idoso, em especial a violência praticada contra os idosos, dado sua relevância e urgência, é merecedora da atenção especial das autoridades competentes, dos profissionais que nela atuam e da sociedade em geral, devendo, portanto, ser foco de discussão, desvelamento e desnaturalização, configurando-se, assim, um tema de mobilização geral da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU FILHO, Hélio; ABREU, Alexandre Herculano; SILVA, Franciny Beatriz Abreu de Figueiredo e. O estatuto do idoso e o poder de polícia. In: **Comentários sobre o estatuto do Idoso**. (Org.) FILHO, Hélio Abreu. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. p. 70-82.

ABREU FILHO, Hélio; SILVA, Franciny Beatriz Abreu de Figueiredo e. Mecanismos de exigibilidade. In: **Comentários sobre o estatuto do Idoso**. (Org.) FILHO, Hélio Abreu. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. p. 23-69.

ALMEIDA, Fernando. A endocrinologia do envelhecimento. Disponível em: <<http://www.envelhecimento.med.br/artigoEndocrinologiaEnvelhecimento.php>>. Acesso em: 02/outubro/2005.

ALMEIDA, V.L.V. Modernidade e velhice. **Revista Social & Sociedade**, n 75, ano XXIV, setembro/2003, p.35-54.

ALVES, Andréa Morais. **A Construção Social da Violência Contra os Idosos**. Textos Envelhecimento v. 3, n. 6. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.unati.uerj.br/tse/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282001000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08/outubro/2005.

AZEVEDO, João P. de. **Ficar jovem leva tempo: um guia para viver melhor**. São Paulo: Saraiva, 1998.

AZEVEDO, João Roberto D. Abuso com Pessoas Idosas. In. **Matérias Avulsas de Terceira Idade**. Disponível em: <http://www.vivatranquilo.com.br/terceira_idade/colaboradores/ficar_jovem/avulsas/mat13.htm>. Acesso em 08 out. 2005.

BENEDETTI, Tânia R. Bertoldo; PETROSKI, ÊDIO Luiz; GONÇALVES, Lúcia H. Tekase. **Perfil do Idoso do Município de Florianópolis**. Florianópolis: Pallotti, 2004.

BERZINS, M.A.V.S. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. **Serviço Social & Sociedade**, n 75, ano XXIV, setembro/2003, p.19-34.

BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**: CFESS. Lei nr. 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 3. Ed. Brasília, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Centro Gráfico Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Brasília-DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 2004.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Lei Federal nº8.742, de 7 de dezembro de 1993.. Congresso Nacional Brasília, 1993.

BRASIL. **Política Nacional do Idoso**. Lei Federal nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994. Brasília-DF: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1998.

BUENO, F.da Silveira. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Ministério da Educação e Cultura. FENAME – Fundação Nacional de Material Escolar, 1970.

CARVALHO, Jose A. Magno de; ANDRADE, Flavia C. Drummond. Envejecimiento de la población brasileira: oportunidades y desafios. In: **ENCUENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBE—O SOBRE LAS PERSONAS DE EDAD**, 1999, Santiago. Anais... Santiago: CELADE, 2000. p. 81-102. (Seminários y Conferencias - CEPAL, 2).

CHAUÍ, M.(1980) *apud* GUERRA, V.N.A **Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas**. São Paulo: Cortez, 1985.

CHAVES, Paulo Guilherme Santos. **Violência Contra Idoso**: Um trabalho de investigação científica. 2002.

CHAVEZ, N., 2002. Violence Against Elderly. 14 April 2002 <<http://www.health.org/referrals/resguides.asp>>. Acesso em 01/novembro/2005.

CHAVES, Paulo Guilherme Santos; COSTA, Patrícia Luíza. Violência afetiva e violência contra os idosos, 2002. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/senasp/biblioteca/artigos/violen_idoso.html>. Acesso em: 02/novembro/2005.

COEP. Notícias. Plano Nacional para combater maus-tratos contra idosos. Disponível em: <http://www.coeprasil.org.br/noticias.asp?id_noticia=671>. Acesso em: 23/outubro/ 2005.

COSTA, Patrícia Luíza; CHAVES, Paulo Guilherme Santos. **Ampliação da faixa etária nas ocorrências criminais e suas características relacionadas no Anuário de Estatística Criminal da Polícia Civil**, de acordo com a Lei 8.842/94. Revista Espaço Acadêmico. n. 24, maio de 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24cppaulo.htm>>. Acesso em: 09/outubro/2005.

DEBERT, Guita Grim. **Desbravando fronteiras e redefinindo padrões**. In: IDOSOS: Dignidade, Cidadania , Utopia. Revista Tempo e Presença. São Paulo, v. 14, nº 264, julho/agosto. 1992.

DEBERT, Guita Grin. Parentes próximos são os idosos, revela pesquisa da UNICAMP. Disponível<<http://www.unicamp.br/unicamp/unicamphoje/ju/agosto2003/ju223pg05.html>> Acesso em: 03/novembro/2005.

DIÁRIO Catarinense. Jornal. 02/dezembro/2005 (pg 21-22). Disponível em: geral@diario.com.br.

DUARTE, Luzia Travassos. Envelhecimento: Processo biopsicossocial. Disponível em: <http://www.psiconet.com/tiempo/monografias/brasil.htm>. Acesso em: 07/outubro/2005.

ESTADÃO. Jornal da tarde. O Estado de São Paulo. Brasil gasta mais que países ricos com seus idosos. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2002/jan/27/14.htm>>. Acesso 11/outubro/ 2005.

_____. Jornal da tarde. O Estado de São Paulo. Violência e negligência mataram 37 idosos por dia no ano 2000. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2004/abr/28/162.htm>>. Acesso 09/outubro/ 2005.

GIACOMIN, Karla C.; UCHÔA, FIRMO, Elizabeth; Josélia O. A.; LIMA-COSTA, Maria Fernanda. Projeto Bambuí: um estudo de base populacional da prevalência e dos fatores associados à necessidade de cuidador entre idosos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 80-91, jan-fev, 2005.

GOLDMAN, Sara Nigri. Aspectos Sociais e Políticos do Envelhecimento. **Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.sbggrj.org.br/artigos/aspectos.htm>>. Acesso em 08/outubro/2005.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia crítica**. 45 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

GUERRA, V.N.A **Violência de pais contra filhos**: procuram-se vítimas. São Paulo: Cortez, 1985.

HESPANHA, Maria José Ferros. Violência contra os idosos. **Violência on line**. Disponível em: <<http://www.violencia.online.pt/>>. Acesso em: 03/outubro/2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço social na Contemporaneidade: Dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. In. **Revista CRESS**. Nº 06, Fortaleza. 1997.

_____. **O Serviço social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. População residente por faixa etária segunda município e federação. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3/outubro/2005.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfidosos2000.pdf>>. Acesso em: 07/outubro/2005.

LIMA, T. **A intervenção profissional do serviço social: propondo o debate sobre ações sócio-educativas**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC. A ser publicado. Florianópolis, 2005.

MEDINDO A QUALIDADE DE VIDA. Publicado originalmente como DICAS nº 27 em 1994. *Avaliações objetivas da gestão e da qualidade de vida de uma cidade permitem aumentar a eficiência e a eficácia da administração, contribuindo para o estabelecimento de prioridades e metas*. Disponível em: < <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/D027.htm>>. Acesso em: 23/outubro/2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 12 ed. Atualizada. São Paulo: RT, 1999.

MINAYO, M. C. S. & COIMBRA Jr., C. E. **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 783-791, maio-junho, 2003.

MIOTO, R.C.Tamaso. Família e Serviço Social – Contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade** n. 55 – São Paulo: Cortez 1997, p. 114-130.

MUSSI, Paulo Richter; PIARD, Sonia Maria Demeda Groiman. **Considerações iniciais sobre o estatuto do idoso**. In: Comentários sobre o estatuto do Idoso. (Org.) FILHO, Hélio Abreu. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. p. 11-23.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S.M. (Org.) **Família Brasileira Base de Tudo**, 4ª ed. São Paulo: Cortez : UNICEF, 2000, p. 26-46.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Violência sobre pessoas idosas passa em grande medida despercebida. **Relatório do Secretário-Geral lançado em Nova Iorque a 26 de Fevereiro**. Disponível em: <www.onuportugal.pt>. Acesso em 15/outubro/2005.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Prefeitura Municipal de Florianópolis – **Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social** – 2002-2005.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2003 – Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social – **Prefeitura Municipal de Florianópolis**: ed. Janeiro/2004.

SILVA, Maria Izabel da. **O processo de socialização dos idosos nos grupos de convivência em Florianópolis: Uma análise da eficácia**. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - 2004.

SIQUEIRA, Luciano. Jovens e idosos com o desafio às políticas públicas. **La insignia**. Iberoamericana. 12 de maio de 2004. Disponível em: < http://www.lainsignia.org/2004/mayo/ibe_062.htm>. Acesso em: 16/outubro/2005.

SOUZA, Flávia. **Informações sobre violência domiciliar contra idosos são insuficientes**. USP Notícias. Boletim nº 1507. São Paulo, 15/10/2004. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/bols/2004/rede1507.htm>. Acesso em: 08/outubro/2005.

SPOSATI, Aldaíza. Globalização da economia e Processos de Exclusão Social. **Curso de capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 01. Brasília: CEAD – Universidade de Brasília, 1999.

VARASCHIN, Márcia Janice Freitas da Cunha; VARASCHIN, Vitorio Manoel. Evolução da População Catarinense: alguns aspectos quantitativos e qualitativos. Indicadores para a Agropecuária Catarinense. Instituto CEPA/SC. Disponível em: < http://www.icepa.com.br/produtos/encarte/enc00/enc_10.pdf>. Acesso em: 06/outubro/ 2005.

WONG, Laura Rodríguez; MOREIRA, Morvan de Mello. **Envelhecimento e desenvolvimento humano**: as Transformações Demográficas Anunciadas na América Latina (1950-2050). VI Reunión Nacional de INVESTIGACIÓN DEMOGRÁFICA EN MÉXICO: Balance y Perspectivas de la Demografía Nacional ante el Nuevo Milenio. (31 de julio al 4 de agosto del 2000. México. Disponible em: < <http://www.fundaj.gov.br/docs/text/pop2001-4.doc>>. Acesso em: 08/outubro/2005.

ANEXO



DISQUE IDOSO 2005

QUEM LIGOU?

Nome: Data: Hora:
Endereço: Sexo: () M () F Fone:

DADOS DO IDOSO:

Nome:
Endereço: Sexo: () M () F
Bairro:

Ponto de Referência: Fone:

Denúncia () INFORMAÇÕES () OUTROS

Observações:

Assinaturas:

Responsável pelo Atendimento:



DISQUE IDOSO 2005

QUEM LIGOU?

Nome: Data: Hora:
Endereço: Sexo: () M () F Fone:

DADOS DO IDOSO:

Nome:
Endereço: Sexo: () M () F
Bairro:

Ponto de Referência: Fone:

Denúncia () INFORMAÇÕES () OUTROS

Observações:

Assinaturas:

Responsável pelo Atendimento: